



**MUNICÍPIO DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
ASSESSORIA JURIDICA
CNPJ: 01.625.921/0001-02**

PARECER JURÍDICO

PREGÃO PRESENCIAL Nº /20

À Comissão Permanente de Licitação/CPL

Senhor,

Vieram à análise e aprovação desta Assessoria Jurídica, a minuta do Edital e seus anexos do processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº /20 que esta Comissão realiza com o objetivo de abertura de processo licitatório para Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento de materiais de expediente e limpeza de interesse da Câmara Municipal de Governador Nunes Freire/MA, de acordo com o quantitativo e as especificações contidas no Anexo I do Edital.

O valor contratado estimado será de R\$ 264.368,67 (Duzentos e Sessenta e quatro mil, Trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos), cuja dotação orçamentária existe conforme despacho constante dos autos processuais.

A Lei de licitação em seu Art. 38, parágrafo único, prevê que as minutas de editais de licitação devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica, senão vejamos:

“Art.38”.

“Parágrafo Único – As minutas de editais de licitação, bem como as dos acordos, convênios ou ajustes, devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.

O estudo realizado pela Assessoria Jurídica, visa auferir a conformidade do Edital e seus anexos com as exigências previstas no art. 40 e seguintes, da Lei de licitação.

Ademais, deve ser verificado também, se a modalidade e o tipo de licitação escolhidos pela Administração Pública estão coerentes com o procedimento que será aplicado pela Comissão Permanente de Licitação/CPL.

É o parecer

Governador Nunes Freire/MA, 07 de janeiro de 2019.

J. J. de Abreu Pereira
Advogada
OAB/MA Nº 4.797

J. J. de Abreu Pereira
OAB/MA Nº 4.797
Assessoria Jurídica